



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

21/08/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

'Não queremos sair da Sabesp, queremos ficar', diz secretária do governo de SP

O governo de São Paulo descartou a possibilidade de sair totalmente do controle da Sabesp e ficar responsável apenas pela parte regulatória. Para seguir acompanhando a empresa de perto, a opção escolhida para dar sequência à privatização foi o modelo de follow-on, em que há uma oferta adicional de ações e, conseqüentemente, a diluição da participação acionária do estado.

Segundo Natália Resende, secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do estado de São Paulo, durante a fase de estudos preliminares, a gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) abandonou dois modelos que se baseavam na venda total ou parcial da companhia de saneamento.

"Nós não queremos sair. Nós queremos ficar. Queremos ficar com um pouco menos [de participação acionária], e vamos ver a porcentagem agora", diz a secretária, que comanda a pasta responsável por tocar o processo de desestatização.

Em entrevista à Folha na sede da secretaria, em São Paulo, Resende afirmou que, após a definição do modelo, o governo entra agora numa fase de estudo sobre questões econômicas, modelo regulatório e conversa mais aprofundada com os municípios.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 20 de agosto.

Projeto regulamenta indenização ao trabalhador demitido sem justa causa

O senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) apresentou um projeto (PLP 152/2023) que regulamenta o artigo 7º da Constituição para tratar da indenização compensatória ao trabalhador em casos de despedida arbitrária ou sem justa causa. Pelo texto, os trabalhadores nesses casos devem ter direito a uma indenização, paga pelo empregador, de 40% sobre os depósitos da conta vinculada ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O projeto define a despedida arbitrária como a relacionada às necessidades da empresa, devido a dificuldades econômicas ou de reestruturação produtiva. Mas a demonstração das dificuldades econômicas ou a necessidade de reestruturação produtiva, assim como seus limites, devem estar previstos em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

O texto também define a despedida sem justa causa às motivações listadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como as dispensas devido a atos de improbidade, condenação criminal do empregado transitada em julgado, casos de embriaguez em serviço, violação de segredo da empresa, desídia no desempenho das funções, agressões a colegas, entre outros.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 21 de agosto.

Bônus do INSS pago sob Bolsonaro aumentou aposentadorias negadas

O bônus por produtividade pago a servidores do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) entre 2019 e 2022, durante a gestão Bolsonaro, resultou em um número maior de negativas de benefícios da Previdência, ampliando a fila de recursos.

Além disso, os servidores que tiveram maior bonificação estavam entre os que deixaram de cumprir as metas regulares de trabalho e houve funcionários que receberam remuneração de R\$ 50 mil, acima do teto constitucional, hoje em R\$ 41.650.

As falhas fizeram com que houvesse queda na qualidade de análises de processos e baixa eficácia em relação aos objetivos propostos pelo programa, aponta auditoria da CGU (Controladoria-Geral da União). O governo gastou R\$ 292,5 milhões com o pagamento de bônus aos servidores nos quatro anos.

O programa de bonificação voltou a ser oferecido a servidores administrativos e peritos médicos pela gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). As regras, no entanto, mudaram, o que está desagradando a categoria. Para fazer parte da iniciativa, é preciso cumprir uma meta de 30% de trabalho a mais.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 21 de agosto.

Com IVA, estrangeiros poderão ter 'tax free' no Brasil

O emaranhado tributário brasileiro impede que o País conceda um benefício cada vez mais comum em outros países: o tax free, a isenção ou devolução de parte dos impostos cobrados de turistas estrangeiros. A prática tem o objetivo de ampliar o tíquete médio gasto pelos visitantes mediante uma compensação parcial dos tributos pagos em bens ou serviços.

No Brasil, especialistas apontam que a adoção de um sistema similar exige a aprovação da reforma tributária e a instituição do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O sistema atual inviabiliza qualquer tentativa de estimativa tributária para esse tipo de operação.

Se há perda de arrecadação ao permitir a devolução de parte do imposto, ela é compensada pelo aumento do consumo do turista. Uma pesquisa da Fecomércio RJ, divulgada em abril, estimou que o gasto médio do turista pularia de US\$ 542,90 em compras para US\$ 665,50 com a adoção do modelo. A entidade projetou que o gasto adicional movimentaria R\$ 2,1 bilhões por ano.

O advogado Alberto Medeiros, tributarista sócio da TozziniFreire, explica que esse mecanismo de devolução de parte do IVA é concebido partindo da premissa de que o estrangeiro não precisa arcar com o ônus tributário, por não receber contrapartidas do Estado, como os residentes. "É certamente um grande instrumento de fomento do comércio local e, por isso, extremamente positivo para o desenvolvimento da economia e do turismo."

Cada país adota regras específicas para delimitar bens e serviços que estarão sujeitos à devolução tributária, como valor mínimo de gasto. Também há um regramento para a recuperação dos valores, que é normalmente feita após o preenchimento de formulários entregues em postos no momento da saída do país. Outra possibilidade adotada em países como Argentina e Chile, por exemplo, é a isenção a turistas do pagamento de IVA em serviços de hospedagem.

Para Douglas Guilherme Filho, coordenador da área tributária no Diamantino Advogados Associados, esse tipo de sistema é interessante para o Estado, porque provoca aumento na atividade econômica. "Você geralmente tem uma lista de produtos ou serviços que dão isenção ou devolução do tributo. Além disso, as empresas ou lojas que participam do modelo precisam estar cadastradas em programa governamental. Não é simplesmente dizer que o turista não paga imposto", diz.

Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 21 de agosto.

Preço da gasolina sobe R\$ 0,12 por litro nos postos após reajuste da Petrobras

O preço médio da gasolina subiu R\$ 0,12 por litro nos postos brasileiros com repasses do reajuste anunciado pela Petrobras na última terça-feira (15). Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o combustível foi vendido, em média, a R\$ 5,65 por litro nesta semana.

O diesel, que também sofreu reajuste nas refinarias da Petrobras na terça, ficou mais caro nos postos. Segundo a ANP, o litro do diesel S-10 foi vendido a R\$ 5,50, alta de R\$ 0,42 em relação à semana anterior.

Considerando a parcela de biocombustíveis nos dois produtos, a Petrobras estimou que o repasse ao consumidor final ficaria, em média, em R\$ 0,30 por litro no preço da gasolina e R\$ 0,65 por litro no valor cobrado pelo diesel.

Os reajustes entraram em vigor na quarta (16), quando a coleta de dados da ANP já estava nas ruas, o que pode explicar a percepção de alta menor do que a estimada pela Petrobras.

Com o aumento desta semana, o preço médio da gasolina no Brasil se aproxima do maior valor registrado em 2023, R\$ 5,67, na primeira semana de julho, logo após o retorno da cobrança integral de impostos federais.

Os reajustes ocorreram em meio a forte pressão do mercado por repasses das altas das cotações internacionais do petróleo. As elevadas defasagens levaram a Petrobras a ter que ampliar suas importações de diesel para compensar a queda de importações privadas.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 19 de agosto.